



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

Versão para registro histórico

Não passível de alteração

COMISSÃO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA - SUBCOMISSÃO ESPECIAL DE RÁDIO DIGITAL			
EVENTO: Audiência Pública	REUNIÃO Nº: 2274/13	DATA: 17/12/2013	
LOCAL: Plenário 13 das Comissões	INÍCIO: 15h31min	TÉRMINO: 17h00min	PÁGINAS: 35

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

OCTAVIO PENNA PIERANTI - Representante da Secretaria de Serviço de Comunicação Eletrônica do Ministério das Comunicações.
JOSÉ EDUARDO CASTRO DE MACEDO - Representante da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República e Diretor-Geral da Empresa Brasil de Comunicação — EBC.
THIAGO AGUIAR SOARES - Coordenador de Regulamentação Técnica de Serviços de Radiodifusão na Gerência de Espectro da Agência Nacional de Telecomunicações — ANATEL.
ANDRÉ FELIPE SEIXAS TRINDADE - Representante da Associação Brasileira de Rádio e Televisão — ABRATEL.
TAÍS LADEIRA - Representante da Associação Mundial de Rádios Comunicação — AMARC.
BRÁULIO RIBEIRO - Representante da Associação das Rádios Públicas do Brasil — ARPUB.
CARLOS EDUARDO NEIVA MELO - Representante da Associação Brasileira de Televisões e Rádios Legislativas — ASTRAL.

SUMÁRIO

Apresentação do parecer final, de autoria do Deputado Sandro Alex, ao Conselho Consultivo do Rádio Digital.

OBSERVAÇÕES

Houve intervenções fora do microfone. Inaudíveis.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Manoel Junior) - Boa tarde a todos e a todas. Declaro aberta a presente reunião da Subcomissão destinada à apresentação do relatório final ao Conselho Consultivo do Rádio Digital.

Passarei a palavra ao nobre Relator Sandro Alex, Relator da Subcomissão Especial de Rádio Digital. Antes de passar a palavra a S.Exa., eu gostaria de fazer aqui algumas considerações que acho deveras importantes neste momento. Eu tive a honra e o privilégio de fazer parceria aqui na designação, ainda quando membro titular da Comissão de Ciência e Tecnologia, ao lado não apenas de Sandro Alex, mas também de outros Parlamentares. E aí tive outra felicidade, a de tê-lo designado como Relator deste tema importantíssimo para o Brasil.

O Deputado Sandro Alex envidou todos os esforços e se aprofundou no tema. Fizemos três viagens internacionais para checar e ver *in loco* o sistema americano, HD, e o sistema europeu, DRM, e fomos também a uma feira de tecnologia, tudo isso buscando chegar ao entendimento do seu relatório final, obviamente aliado aos debates que formulou aqui nesta Casa não só com os membros da Comissão e da Subcomissão, mas principalmente com representantes da área específica ligada ao tema.

Eu já disse em outras oportunidades que eu simplesmente era analfabeto no tema e consegui me escolarizar graças ao Deputado Sandro Alex e a outros membros da Comissão de Ciência e Tecnologia e desta Subcomissão, mas o tema é extraordinariamente importante para o Brasil e para o povo brasileiro.

Ressalto a forma dedicada e técnica com que o Deputado Sandro Alex tratou a matéria nas diversas viagens e inspeções que fez e principalmente o cuidado que teve em tentar lapidar, burilar da melhor forma o relatório.

Eu quero aqui, Deputado Sandro Alex, dizer que V.Exa. será, sem dúvida nenhuma, lembrado quando alguém, por exemplo, falar em radiodifusão digital nos *smartphones* do mundo. Terão que falar em V.Exa., Deputado Sandro Alex, porque foi numa conversa em Baltimore, na sede da ABERT americana, que V.Exa. fez esse comentário com técnicos que estavam presentes e também representantes do sistema HD. V.Exa. dizia naquele momento que era impossível falar em radiodifusão digital sem efetivamente um instrumento, que é hoje instrumento de comunicação no mundo inteiro, estar inserido nesse processo. Qual foi a nossa surpresa? Oito meses



depois, numa feira que nós visitamos, já havia *smartphone* funcionando com o *chip* de rádio digital.

Além disso, foi V.Exa. também que puxou, nesta Casa e com o Ministro Paulo Bernardo, o debate acerca da questão das rádios AM, que, ao longo dos últimos 30 anos... Eu lembro, quando pequeno, que a gente não escutava FM; escutava AM. Era a forma de recepcionar as informações do mundo. Eu me lembro muito bem, na minha pequenina Pedras de Fogo, do rádio sintonizado na BBC de Londres, e meu tio lá escutando em inglês. E eu não entendia nada, claro!

Pois bem, sem dúvida nenhuma, outro marco que V.Exa. deixará a partir dos estudos que V.Exa. empreendeu acerca deste tema é a questão de os canais 5 e 6 da TV analógica migrarem para atender justamente à rádio AM, que em alguns casos estava simplesmente fora do contexto econômico e também do contexto da informação. Algumas delas fecharam suas portas no Brasil inteiro.

Fazendo essas considerações, eu quero parabenizar V.Exa. por este momento, que foi construído através do debate. V.Exa. poderia simplesmente aprovar o relatório no dia de amanhã, mas não, fez questão de aqui convidar os membros do Conselho Consultivo do Executivo. O Ministério das Comunicações constituiu esse Conselho para aprofundar o tema e debater com as entidades representativas. E V.Exa. teve, com a participação da Deputada Luiza Erundina e de outros Deputados desta Comissão, a feliz ideia de aqui convidar, por exemplo, o Dr. Octavio Penna Pieranti, do Ministério das Comunicações; o Sr. André Felipe Seixas Trindade, da Associação Brasileira de Rádio e Televisão — ABRATEL; o Sr. Carlos Eduardo Neiva Melo, da Associação Brasileira de Televisões e Rádios Legislativas — ASTRAL; Bráulio Ribeiro, da Associação das Rádios Públicas do Brasil — ARPUB. Eu gostaria de agradecer a presença de V.Sas. aqui na nossa Subcomissão.

Por fim, neste introdutório, quero dizer da minha alegria de estar aqui presente e pedir desculpas pelo atraso, que foi consequência de um compromisso de ordem pessoal, de saúde.

Deputado Sandro Alex, V.Exa. terá o tempo necessário para fazer a sua explanação.



O SR. DEPUTADO SANDRO ALEX - Boa tarde. Quero agradecer a presença de todos; agradecer ao nosso Presidente Manoel Junior, da Subcomissão, que esteve ao nosso lado neste trabalho; agradecer a presença da Deputada Luiza Erundina, aliás, por seu pedido nós estamos aqui hoje conversando e podendo mostrar ao Conselho um pouco do nosso trabalho; agradecer à Deputada Margarida, à Deputada Iara, enfim, a todos os convidados. Nós estamos terminando o ano e mesmo assim estamos aqui discutindo um assunto importante e relevante para a comunicação do País.

Eu gostaria, antes de iniciar, de saber, Deputada Erundina, quais são as pessoas do Conselho Consultivo que estão presentes. Quem for do Conselho Consultivo, por favor... Nós temos aqui o Sr. Octavio, o Sr. Bráulio...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. DEPUTADO SANDRO ALEX - Ah, o senhor é representante do Conselho?

O SR. BRÁULIO RIBEIRO - Representante da Associação das Rádios Públicas do Brasil — ARPUB.

O SR. DEPUTADO SANDRO ALEX - E o senhor está no lugar de Mário Celso Sartorello, é isso?

O SR. BRÁULIO RIBEIRO - Sim, que é o titular. E também já estão chegando os representantes da Empresa Brasil de Comunicação — EBC e da Associação Mundial de Rádios Comunitárias — AMARC.

O SR. DEPUTADO SANDRO ALEX - Sr. André Felipe, é isso? São três integrantes? E o senhor?

O SR. THIAGO AGUIAR SOARES - Thiago Aguiar, representando a ANATEL, Conselheiro Substituto do Marconi, o Superintendente de Outorga e Recursos à Prestação da ANATEL.

O SR. DEPUTADO SANDRO ALEX - Seu nome é?

O SR. THIAGO AGUIAR SOARES - Thiago Aguiar Soares.

O SR. DEPUTADO SANDRO ALEX - Muito obrigado pela presença, senhores.

Nós teremos amanhã a apreciação desta matéria aqui na nossa Comissão. Nós recebemos a sugestão de conversar sobre o relatório com o Conselho



Consultivo, e eu estava conversando com o Ministério... É claro que haverá também mais um momento em que o Conselho vai participar, porque, a partir desta indicação, o Ministério vai abrir o debate e vai convocar novamente os integrantes do Conselho para ouvir e poder, então, encaminhar sugestões, relatórios, mudanças, alterações e ponderações a respeito deste trabalho.

A nossa Subcomissão foi baseada num requerimento de nossa autoria para estudar o modelo a ser implantado no Brasil. Os trabalhos começaram em 2011, no primeiro ano do atual mandato. Nós temos aqui ao nosso lado o Presidente Manoel Junior e demais integrantes que formaram esse grupo, que realizou várias audiências públicas, reuniões, viagens de trabalho, discussões, encaminhamentos.

Nós estivemos tanto nos Estados Unidos quanto na Alemanha, por diversas vezes, em viagens e missões oficiais — os relatórios estão disponíveis no *site* da Câmara. Houve eventos que foram importantes para a radiodifusão do Brasil e também mundial, porque nós pudemos auxiliar no trabalho de desenvolvimento de uma tecnologia, desenvolvimento porque o rádio digital ainda não é uma tecnologia acabada, finalizada, que hoje está concluída, bastando-nos escolher o modelo. Não é só isso. Ela está em desenvolvimento, e o Brasil tem que participar dessa discussão e, quem sabe um dia, ter até a sua própria tecnologia, 100% nacional, baseada nesses estudos, nesses trabalhos. Então, é algo que evoluiu muito nos últimos anos, mas, mesmo assim, não há ainda um modelo completamente definido, de modo que você possa dizer *“Basta o Brasil adotar este modelo, e está resolvido”*. Não. Por isso nós demos ao nosso relatório o encaminhamento que demos.

Havia inicialmente algumas discussões, preocupações que hoje foram bem encaminhadas. Nós temos já um trabalho realizado pela Subcomissão no rádio AM, que foi a migração do AM para o FM. Essa Subcomissão realizou, em audiência pública, com a participação do Ministério das Comunicações, o debate sobre o futuro do rádio AM, porque o rádio digital passava pelo rádio AM, por essa definição.

Com o encaminhamento do Governo de que nós teremos, a partir de janeiro do ano que vem, a possibilidade dessa migração, o que inclusive o Ministério deve publicar em portaria até o final deste ano, visto que, a partir do dia 1º de janeiro, o encaminhamento de projetos já será possível, vê-se que o trabalho da Subcomissão foi valiosíssimo.



Quero cumprimentar todos os Deputados porque foi aqui neste plenário que o Governo confirmou os canais 5 e 6 para a radiodifusão e a possibilidade da migração do AM para o FM, com a vontade da Presidente da República em fazê-lo. Isso aconteceu recentemente através de um decreto, segundo o qual as emissoras AM vão ter a possibilidade, de forma voluntária, de ir para o canal de FM. A portaria que determina os detalhes está sendo finalizada pelo Ministério das Comunicações.

Inicialmente nós trabalhávamos no rádio digital com a possibilidade maior da digitalização da frequência de AM. Então, a discussão mais profunda era em torno da digitalização do AM. Com a decisão de Governo de que a migração do AM acontecerá no Brasil já a partir do ano que vem, nós passamos a trabalhar de maneira mais eficaz para a frequência de FM, frequência modulada, em se tratando de digitalização do FM.

Não que nós não acreditemos na digitalização do AM, das ondas tropicais, ondas curtas. Não! Inclusive, no relatório eu deixo a possibilidade de que, havendo tecnologia, o Governo possa liberar para que existam emissoras. Mas, pelo que eu estudei e vi em todos os países, é muito tímido o avanço da tecnologia digital para essas frequências, já que elas são frequências muito baixas, e é difícil você conseguir ter uma inovação, uma tecnologia capaz de resolver mesmo o problema em frequência AM.

Queridos Deputados que nos acompanham, obrigado pela presença.

Então, nós passamos a tratar a possibilidade do digital na frequência modulada, FM, mas não impedindo que qualquer emissora de ondas curtas ou ondas médias possam fazê-lo. É o que nós encaminhamos no relatório.

Também estivemos nos Estados Unidos, na feira, vendo o avanço da tecnologia em telefones celulares, porque inicialmente a discussão maior era quais serão os receptores para essa rádio digital. Eu sempre batalhei no sentido de que o maior receptor de rádio digital seria o *smartphone*, o que hoje já é uma realidade. Os dois modelos que se apresentaram no Brasil já falam sobre isso, e o modelo HD, nos Estados Unidos, teve um grande avanço na feira de que nós participamos, ainda em 2012, apresentando-nos essa interatividade com os *smartphones*, e o modelo europeu também se encaminhou da mesma forma, o que nos deixa muito contentes, Sr. Presidente, porque o Brasil deu essa colaboração.



A primeira audiência pública que nós fizemos aqui, na sede dos Correios, foi exatamente no sentido de que o Brasil iria encaminhar o relatório, encaminhar a sua decisão justamente para o modelo que tivesse uma eficiência na transmissão em *smartphones*. E isso aconteceu definitivamente, foi um bom trabalho desta Subcomissão.

Nós vimos o avanço desses modelos de forma *in loco*. Quando eu comecei o trabalho, eu perguntei ao Ministro Paulo Bernardo se o Ministério das Comunicações já tinha ido pessoalmente ver, *in loco*, como funcionavam os modelos, anteriormente ao Governo dele. E me foi dito que não, que nunca foi feita nenhuma missão para ver realmente como funcionava, onde havia rádio desses para vender, a transmissão, o estúdio, os profissionais, não foi feita nenhuma visita. Mas nós tivemos a felicidade de fazer essas visitas, inclusive acompanhados do Ministério das Comunicações, tanto nos Estados Unidos, quanto na Europa. Nós pudemos fazer essas averiguações *in loco*.

Então, foram missões muito importantes que nos ajudaram a embasar o relatório. E as bases observadas e colhidas nessas missões, além das audiências públicas, do relatório do Conselho também que me foi encaminhado, ajudaram-nos a fazer esse relatório sobre o assunto para a Subcomissão.

Nós estamos dando contribuições ao Ministério das Comunicações, indicações do que entendemos ser importante. É claro que a decisão cabe ao Governo, e nós estamos pedindo para acompanhar essa decisão, porque existem negociações que podem mudar até mesmo o relatório.

Um modelo que nós aqui estamos entendendo ser mais completo para a FM pode não satisfazer a portaria do próprio Ministério, com as recomendações do Sistema Brasileiro de Rádio Digital. Ou seja, nós, aqui do Parlamento, gostaríamos de participar até o final das tratativas, porque, claro, cabe ao Ministério, sobre as decisões finais, estabelecer como vai ficar a transferência de tecnologia. Enfim, nós gostaríamos também de fazer parte de toda essa participação final.

Em relação às conclusões, há que se ressaltar que foram mais de 5 anos transcorridos desde o início dos estudos, visando a adoção da tecnologia. Pela não implantação de um sistema novo, o País está perdendo a oportunidade de aumentar a inclusão social e o desenvolvimento de tecnologia.



Assim como ressaltado, são três os principais pontos que devem nortear a escolha do sistema brasileiro. Em primeiro lugar, a opção entre manter os serviços analógicos, deixar para o mercado decidir pelo padrão ou ainda o Estado determinar o padrão a ser seguido para cada faixa.

Ainda com relação à decisão de digitalização, a opção pode ser progressiva, levando em conta as especificidades, especialmente econômicas de cada serviço ou imediata.

Em segundo lugar, a decisão entre mono e multiprogramação. A primeira vertente é como foi definido na TV Digital, uma solução rápida e continuísta do atual modelo de negócio. O segundo caso é um redesenho de espectro e de mercado, que seria a multiprogramação, que eu falarei na sequência.

Em terceiro lugar, a escolha do padrão tecnológico. Nesse caso, as opções recairiam sobre o HD Rádio ou DRM — Digital Radio Mondiale, ou fora de banda, por isso, incluindo DAB — Digital Audio Broadcasting e o ISDB — Serviço Integrado de Transmissão Digital Terrestre.

Eu falo sobre o DAB no relatório e sobre o ISDB mesmo sabendo que eles não se apresentaram ao País, mas eu estudei os dois modelos e vi o progresso do DAB na Europa, mesmo diante do DRM.

Você não encontra nenhum aparelho de DRM, comercialmente falando, nas lojas, nenhum, onde a nossa Subcomissão foi, mas você vê modelos do DAB em qualquer lugar, de forma muito clara. Só que o DAB trabalha em um modelo diferente, em multiplex, que eu também descrevo, mas que não está habilitado para o Brasil. Todavia, é um modelo que cresceu muito, aliás, é o modelo que hoje na Europa tem o domínio em relação ao DRM.

Nós entendemos, pelos motivos discutidos, que a escolha do padrão a ser adotado, a forma de migração, tem que ser também com a participação de mercado, mercado livremente determinando. Nós observamos, antes do fechamento desta Subcomissão, avanços muito grandes entre os sistemas na apresentação ao Brasil já pela participação em determinação do mercado, em que um dos modelos encaminhou ao Ministério das Comunicações um documento falando sobre *royalties*, falando sobre esses pagamentos, de forma muito mais clara do que em anos anteriores. Então, eu vejo isso como um grande avanço.



Segundo ponto: a multiprogramação. A multiprogramação proprietária seria a mais acertada do ponto de vista do ouvinte dos radiodifusores. O que seria isso? O rádio digital abre possibilidades de ter várias programações no mesmo canal, a mesma frequência e vai ter várias programações, ou pode não ter. A TV, por exemplo, não tem, é mono, não houve essa possibilidade, a não ser para as emissoras públicas.

No rádio, o grande avanço é ter a multiprogramação, mas, para que não haja um problema na legislação, nós somos favoráveis ao proprietário. O que significa isso? Que uma emissora não poderá vender essa multiprogramação. A multiprogramação tem que ser proprietária, a emissora tem que transmitir essas programações. Ela é responsável e faz essa multiprogramação, porque, se ela vendesse esses outros canais, ela estaria infringindo a legislação. Então, nós entendemos que a multiprogramação deveria ser proprietária.

Com relação ao padrão tecnológico, a decisão sobre as experiências conhecidas e o tamanho do mercado, sistemas HD Rádio e DAB teriam vantagens sobre os demais. E eu coloquei HD e DAB pela experiência que tivemos nas missões entre a existência, a execução e o mercado, são dois sistemas que têm vantagens.

Milhares de emissoras, especialmente nos Estados Unidos, adotaram o HD e, na Europa, optaram pelo DAB. Esses padrões levariam vantagens no que diz respeito ao número de receptores comercializados, e o HD notadamente em automóveis. Além disso, o sistema americano encontra-se fortemente ligado à telefonia celular. Nesse aspecto de integração do rádio com a telefonia, o Brasil dispõe de 260 milhões de aparelhos, na questão de recepção móvel dos aparelhos. O sistema japonês poderia ser compatível nesse sentido, poderia ser uma opção válida, mas, porém, também como o DAB, eles não manifestaram interesse público em fazer testes promovidos.

Por outro lado, durante o curso de 2013, o padrão DRM também teve importantes desdobramentos. Segundo informações repassadas, o padrão DRM teve avanços em alguns países como a Rússia, a Arábia e a Índia. Todavia, essa discussão tecnológica perde um pouco de sentido se não se discute quais são as contrapartidas oferecidas pelos padrões. É como eu disse, das decisões que vão ser



apresentadas ao Ministério, no momento final, nós temos que participar. Por quê? Exatamente porque são contrapartidas oferecidas que vão fazer todo o sentido. E a adoção do Sistema Brasileiro de Rádio Digital deve pautar-se por benefícios diversos: inclusão social, transferência de tecnologia e estímulo à radiodifusão.

Nesse aspecto, as discussões realizadas aqui resultaram em importante desdobramento. Como eu disse, por exemplo, o HD informou ao Relator acerca de compromisso oficial protocolado no Ministério das Comunicações de não cobrar *royalties* pelo uso da tecnologia, um compromisso com as Rádios Comunitárias.

Então, eu coloco a orientação da escolha do padrão. Esta Casa deveria participar das negociações que ocorrem no Poder Executivo, ou então, ser informada acerca de seu andamento. Continuaríamos, então, participando dessa discussão lá no Executivo.

Em não podendo levar em consideração as contrapartidas em negociação pelo Ministério, a disponibilidade de equipamentos de recepção, os testes no País e o desejo de participação de consórcios, esta Subcomissão optaria pelo HD Rádio para faixa FM. Para as ondas curtas, o sistema DRM, o único disponível, seria o mais indicado.

Eu vou fazer uma alteração no relatório, Sr. Presidente, com relação a testes em AM. A nossa Consultoria não havia obtido no Ministério das Comunicações um teste que foi realizado na CBN — Central Brasileira de Notícias com o HD, e nós colocamos que não havia sido feito o teste em AM para o HD, mas foi feito. Então, eu vou fazer essa correção no relatório, que será votado amanhã, e vou colocar o *link* feito do teste do HD para o AM.

E aqui eu coloco: reiteramos que mais testes e um mínimo de qualidade e de padronização são necessários. É claro que mais testes vão evidenciar, no desdobramento final, vantagens, desvantagens, avanços, e eu entendo que os testes devem partir da premissa de que a cobertura digital deve ser igual à existente no sistema analógico, e, portanto, o valor da potência necessária para os testes deve ser um dos resultados a ser descobertos pelos testes de campo, e não um valor fixo predeterminado.

O que nós queremos saber? Qual é a potência necessária para que o sistema digital tenha a mesma cobertura do analógico. Qual é a potência? Ou não há



possibilidade de isso acontecer, não há como se chegar, porque não há uma conclusão definitiva sobre isso? Existem divergências entre os testes realizados, e, claro, nós confiamos no teste que foi feito pelo Ministério, mas nós queremos saber se, para ter a mesma cobertura, é necessária uma potência maior, se pode chegar até a essa potência, ou não se pode, para que nós possamos, então, com esses novos testes, junto com o Ministério, ter uma informação a respeito disso.

No entanto, reiteramos que, para não atrasar mais o processo de migração, que vem trazendo graves prejuízos às emissoras e à população, a solução mais acertada seria liberar o mercado para adotar o padrão tecnológico que lhe for conveniente.

Em relação às emissoras do campo público e comunitárias, que eu quero aqui fazer um capítulo à parte para a Deputada Erundina, acreditamos que a adoção da digitalização deveria ser incentivada com recursos do Estado, principalmente as emissoras comunitárias, que não têm fontes específicas e certas de financiamento, devem ter a sua migração custeada de alguma forma pelo poder público, por meio de um subsídio, de um financiamento. O poder público pode fazer o financiamento ou a aquisição de receptores também para a população carente.

O poder público deverá prever e alocar recursos para a promoção desse novo serviço. Nós entendemos que o Governo deve participar com as emissoras do campo público e com as comunitárias dessa tecnologia. E nós temos aqui, da parte dos dois modelos, informações e questionários perante o Ministério de que elas também não teriam, por parte das comunitárias, a cobrança de *royalties*. Ou seja, existe um avanço nesse sentido para que elas possam ter um valor menor, e, se o Governo puder financiar ou subsidiar, elas poderiam ter um modelo digital custeado, de alguma forma, pelo poder público.

O último aspecto que merece atenção no relatório é com relação à faixa estendida de FM. A faixa estendida de FM vai começar a partir do ano de 2015, com o desligamento da TV analógica. Não se tem ainda a decisão do modelo digital, não há um modelo pronto e acabado. Eu entendo que o Brasil deve participar dessa tecnologia colaborando, interagindo, e, enquanto você não ligar o sistema digital, o Brasil terá poucos avanços. E nós sentimos isso quando pedimos a tecnologia digital em *smartphone*, e lá o sistema está ligado. Oito meses depois, eles já estavam com



a tecnologia, porque eles estão praticando a tecnologia. Você precisa praticar a inovação, a tecnologia, para que ela avance. Se o Brasil não liga...

Não há nenhum engenheiro hoje no Brasil interessado nesse assunto, nenhum técnico, até mesmo os radiodifusores estão descrentes. Se você falar em mais testes, eles vão dizer: *"Ah, isso aí não vai sair."* Por quê? Não há possibilidade de pelo menos eles ligarem o sistema. Se você ligar o sistema, a EBC — Empresa Brasil de Comunicação vai contribuir com os seus técnicos, as comunitárias vão contribuir de alguma forma, haverá em todo o País universidades, técnicos e engenheiros que vão dizer: *"Espera aí! Vamos avançar nisso aqui! Ninguém pensou nisso aqui! Por que não foi feito diferente?"* E o Brasil não pode estar fechado a uma tecnologia com exclusividade, sendo que, daqui a 1 ano, poderemos ter um novo modelo de rádio digital feito por uma grande universidade, por um grande engenheiro, por um grande brasileiro. Assim como já tivemos avanços na tecnologia para celular de brasileiros que contribuíram com empresas grandes, nós podemos ter alguém que diga: *"Espera aí! Dá para fazer melhor, dá para fazer mais! Dá para ter a mesma cobertura, com uma potência menor!"*

Eu entendo que se o Ministério autorizar, se o mercado brasileiro puder colaborar ligando o sistema, testando o sistema, e o ouvinte tendo a vantagem de abrir uma multiprogramação, isso será bom! O Brasil vai avançar nesse tema. Enquanto você não ligar, as discussões ficarão teóricas, incipientes e cada vez mais descrentes.

Eu entendo que, nessa faixa estendida de 2015 — e que vai acontecer, porque isso já foi decidido pelo Governo —, possamos ter a decisão de que pelo menos o Brasil possa ligar a tecnologia digital, senão nós vamos ter que comprar um rádio de faixa estendida em 2015, e, em 2016, 2017, 2018, 2020, ou algum dia, vai ter que comprar novamente um rádio que seja digital estendido. E as mesmas emissoras que fizeram investimento em transmissores e antenas nesse setor de transmissão vão ter de novo que mudar ou adaptar os seus equipamentos para uma tecnologia digital.

Então, se você vai fazer uma grande mudança, seria de bom-tom que já a fizesse de uma vez com a tecnologia digital, dando pelo menos abertura ao mercado: *"Liguem os sistemas! Vamos testar os sistemas!"* Uma portaria poderá



determinar regras específicas. Estamos aqui para participar, mas não podemos mais deixar que, enquanto não estiver prontinho o sistema, nada seja ligado. Aí nós não vamos ligar nunca, porque provavelmente nós não estaremos mais aqui.

Daqui a muitos anos, a tecnologia já avançou por demais. Esse relatório não é *ad aeternum*, certamente haverá novos relatórios, novos mandatos, novas pessoas aqui que vão dizer: “*Já mudou, já tem coisa nova, já tem coisa melhor.*”

Então, nós entendemos que o poder público deveria decidir pelo novo modelo antes do início da operação de faixa estendida em FM. Mas essa é uma indicação? Não, o Ministério entende que não. Neste momento, a migração de AM está definida, mas nós não temos certeza sobre isso. Nós estamos indicando o que seria mais apropriado, e, pelo princípio da economicidade, seria melhor para o sistema.

Eu quero fazer aqui as minhas considerações ao Ministério:

1. A escolha do padrão tecnológico e a forma da migração devem ser determinadas livremente pelo mercado.

Nós entendemos que o mercado participando, discutindo, interagindo, ligando o sistema, avançando, vai colaborar. Não há prejuízo. Com toda certeza, o Ministério pode determinar regras para que isso aconteça da melhor forma.

2. Na digitalização deve ser permitida a inserção de múltiplas programações pela mesma emissora.

Uma emissora terá multiprogramação e não várias emissoras, e não infringiríamos, então, a legislação.

3. A Câmara dos Deputados deve participar das reuniões de negociação com os representantes dos padrões tecnológicos.

4. A adoção da digitalização pelas emissoras públicas e comunitárias deverá ser incentivada com recursos específicos do Estado, assim como o financiamento ou subsídio à aquisição de receptores de rádio digital pela população carente.

Existe uma discussão, nesta Casa, sobre a possibilidade de as emissoras públicas e comunitárias terem formas de financiamento. Isso está em discussão aqui também, mas, independente dela, eu fiz questão de fazer este registro, porque pode ser que haja uma mudança na legislação, que vocês possam vender comerciais e ter publicidade em comunitárias. Eu não sei, mas, no atual modelo, nós pedimos



isso ao campo público para que o Governo possa adotar formas de subsídios e financiamento.

5. Na adoção do novo sistema, o poder público deverá também avaliar os investimentos públicos e privados para a sua divulgação. Nós temos tempo, então, nós podemos fazer uma divulgação adequada, como o Japão fez para a sua TV, como outros países o fizeram. É que nós estamos com problema agora no próprio *switch off* da TV, que é realmente uma falta de divulgação, e nós não queremos que isso aconteça com o rádio.

Os testes coordenados pelo Ministério devem partir da premissa de que a cobertura digital deva ser igual à existente no sistema analógico. Portanto, o valor da potência necessária para os testes deve ser um dos resultados a ser descoberto pelos testes de campo, e não o valor fixo predeterminado. Se você determinar um valor fixo que nunca chegue àquela cobertura, o resultado do teste sempre será insatisfatório. Nós queremos saber se existe a possibilidade de ter a mesma cobertura, qual é a potência ou se não existe possibilidade. A potência, para se ter a mesma cobertura, não é compatível, não é adequada, não há como se fazer. Então, nós queremos esse resultado, ou então, para se ter a mesma cobertura, essa é a potência.

A escolha do novo modelo do rádio deve ser anterior ao início da operação da faixa estendida de FM, de modo que os novos receptores a serem fabricados sejam compatíveis com as duas mudanças.

Esses são alguns entendimentos, indicações, que nós estamos fazendo, fruto do nosso trabalho em campo, ouvindo, acompanhando as discussões ao longo desses 2 anos, ao longo das discussões que eu vou ouvir aqui. Eu gostaria de ouvir os companheiros do Conselho que vieram hoje aqui, para que eu possa discorrer a respeito de pontos específicos abordados.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Manoel Junior) - Agradeço ao Relator e vou adotar a seguinte dinâmica. Em vez de termos os Parlamentares, que já tiveram o seu fórum na semana passada, num debate exaustivo com o Relator, eu passarei a palavra aos membros do Conselho, aqui representando diversas entidades. Inicialmente, gostaria de convidar o Dr. Octavio Pieranti para falar em nome da Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica do Ministério das Comunicações.



S.Sa. tem 5 minutos.

O SR. OCTAVIO PENNA PIERANTI - Obrigado, Deputado, pelo convite.

Eu vou tentar não me alongar, mas possivelmente eu terei que ultrapassar os 5 minutos. Poderei interromper minha fala, se necessário.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Manoel Junior) - Serei complacente.

O SR. OCTAVIO PENNA PIERANTI - Está bom. Muito obrigado.

Agradeço o convite aos Deputados Manoel Junior, Sandro Alex e Luiza Erundina.

O Ministério vem aqui para contribuir, respeitando a posição do Deputado Sandro Alex nesse relatório. Porém, temos algumas ponderações a fazer.

Em primeiro lugar, fico feliz porque esse novo documento — essa é uma versão posterior àquela versão preliminar divulgada antes — já traz a ideia de que novos testes são necessários, ou seja, de que essa não deve ser uma decisão fechada por falta dos subsídios necessários.

Porém, ainda assim temos algumas ponderações. Eu vou tentar me concentrar nas conclusões, procurando sempre fazer referência ao texto do Deputado.

Temos aqui na página 25 do relatório: *“A escolha do padrão a ser adotado e a forma da migração deve ser determinada livremente pelo mercado”*. Temos sérias preocupações em relação a essa posição. Passo a elas. A primeira delas é em relação à regulamentação técnica. Ter diferentes padrões funcionando significa ter simultaneamente diferentes regulamentações técnicas para um mesmo serviço, o que possivelmente seria até ilegal. Teríamos que fazer uma reflexão maior sobre o assunto, porque seria feita a regulamentação do mesmo serviço de duas formas distintas, já que os dois sistemas funcionam de forma diferente.

O segundo ponto é a gestão do espectro. Como os dois sistemas ocupam o espectro de forma diferenciada — aí eu acho que o meu companheiro da ANATEL poderá especificar isso melhor —, teríamos também uma condição diferente de ocupação do espectro por um mesmo serviço, o que dificultaria enormemente esse trabalho de gestão do espectro.

Um terceiro ponto a se destacar é uma preocupação com a política industrial. Ter dois sistemas operando simultaneamente na mesma faixa significa não ganhar



necessariamente a escala necessária para se baratear o preço dos equipamentos, bem como não ter os subsídios inerentes a uma política industrial, já que não saberíamos exatamente o que apoiar e em que circunstâncias.

Nesse sentido, se o Deputado me permite, hoje se manifestou o engenheiro Eduardo Cappia, que tem representado a SET no âmbito do Conselho Consultivo do Rádio Digital. Ele enviou um relatório, um posicionamento a respeito do relatório do Deputado. Eu gostaria só de ler rapidamente um trecho desse relatório, porque ele traz à tona um caso muito interessante, que é o caso do AM estéreo.

Cito o relatório, especificamente:

“Em março de 1982, a FCC adotou 4 sistemas que proporcionavam o serviço AM estéreo, deixando que o mercado decidisse qual implantar. Foi uma catástrofe. Em qual sistema investir? Espera-se a definição do mercado, e aí se investe, ou seja, qual será o momento em que conheceremos em qual sistema o rádio difusor deve investir e qual receptor ele comprará? O do sistema A ou do sistema B ou ainda um multissistema com os custos inerentes? Não acreditamos mais que o veículo rádio digital tenha o apelo suficiente para catapultar uma revolução de costumes e hábitos, sensibilizando a aquisição de novos equipamentos receptores, talvez ainda mais caros. Deveremos simplificar, resultando-lhe em um custo cada vez menor de implantação. A decisão deve partir dos órgãos regulamentadores, ouvida a sociedade, como tem acontecido, ouvido o Conselho e suas Câmaras temáticas, inclusive com a efetiva participação do Poder Legislativo, como tem acontecido na Câmara.”

Li esse documento, em primeiro lugar porque o próprio Eduardo não pôde estar presente. Parece-me que é uma opinião abalizada de quem tem trabalhado junto à Câmara Técnica — e certamente os outros representantes poderão falar mais sobre esse ponto.



Então, Deputado, temos todas essas preocupações em relação a uma migração determinada livremente pelo mercado. Ela fragiliza a regulação, ela fragiliza toda a necessidade de regulamentação e de gestão do espectro, que são atividades inerentes do Estado brasileiro.

A possibilidade de ligar o sistema já existiu para cerca de 30 emissoras ou um pouco mais do que isso ao longo dos últimos anos. As emissoras que quiseram testaram livremente os diferentes sistemas existentes no País. Esses testes foram feitos por um tempo razoável. Chama-me a atenção o fato de que, mesmo tendo feito esses testes, nem todas essas emissoras estarem defendendo o padrão A, B ou C. Aí vale ouvir cada uma delas porque isso não ocorre.

Passando para o próximo ponto, o Deputado fala — entre aspas — “a multiprogramação proprietária seria mais acertada do ponto de vista do ouvinte e dos radiodifusores”. Parece-me importante ressaltar aí que essa multiprogramação não necessariamente diz respeito a diferentes áudios sendo veiculados, e sim a áudios e serviços sendo veiculados, e esses serviços ainda carecem de testes. Só podemos ter um cenário claro sobre a potencialidade da multiprogramação quando conseguirmos definir a robustez dos sistemas e a capacidade ou a possibilidade de alcance desses serviços que podem ser utilizados no rádio digital. Mais uma vez, isso depende de novos testes.

No próximo ponto o Deputado cita: “...de modo a melhor orientar a escolha do padrão, esta Casa deveria participar das negociações que ocorrem no Poder Executivo ou então ser informada a cerca de seu andamento.”

O Ministério das Comunicações tem tentado conduzir e tem conduzido esse trabalho da forma mais aberta e transparente possível, com um Conselho Consultivo de Rádio Digital que, apesar de ter membros nomeados, é totalmente aberto à participação de quem quer que seja. A gente não faz qualquer tipo de controle de presença nessa reunião ou controle prévio de presença.

Além disso, todos os relatórios foram disponibilizados no *site*, e o Ministério tem participado de vários debates em todo o País. A Câmara se faz presente, tem assento no Conselho Consultivo de Rádio Digital, assim como seria interessante para o Conselho contar com os representantes técnicos que têm assessorado a Subcomissão nesse debate. Seria importante ter esses engenheiros também



presentes no âmbito da Câmara Técnica do Conselho Consultivo de Rádio Digital, para que possamos discutir uma série de pontos. Eu não vou discutir esses pontos especificamente, mas são questões pontuais, técnicas, das quais a gente discorda. Porém, gostaria de entender melhor como o engenheiro chegou, como o engenheiro que os assessorou chegou a essas considerações.

Depois, o relatório cita que a Comissão optaria pelo HD Radio para a faixa do FM e já para as Ondas Curtas pelo sistema DRM. O Ministério das Comunicações não tem como afirmar hoje...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. OCTAVIO PENNA PIERANTI - Não, ondas curtas DRM! Não, aqui está: “*Já para as Ondas Curtas, o sistema DRM, o único disponível, seria o mais indicado*”, na página 26. Mas, enfim, de qualquer forma, o Ministério das Comunicações não tem como, hoje, afirmar que qualquer um dos dois sistemas teria na realidade brasileira a cobertura compatível ou pelo menos similar à cobertura do rádio analógico. Isso nos força a uma posição de prudência.

Tendo em vista esses problemas das coberturas — e, novamente, os relatórios são públicos, podem ser lidos e interpretados por todo e qualquer interessado — não temos hoje como sinalizar na direção do sistema A, B, C, D ou qual for.

O relatório fala: “*Reiteramos que mais testes e um mínimo de qualidade e padronização são necessários*”.

Passo à questão da metodologia dos testes realizados. Esses testes foram conduzidos pelo Ministério das Comunicações, pela ANATEL, pelo INMETRO, pela EBC e acompanhado de forma intensa por todos os interessados, inclusive pelos representantes dos dois sistemas. Apesar de discordâncias eventuais técnicas no âmbito do planejamento desses testes, esses sistemas e as entidades referendaram o trabalho realizado.

Então, esse é o primeiro ponto. Até a divulgação dos relatórios não havia qualquer tipo crítica mais enfática à metodologia adotada.

Segundo ponto: caso seja necessário, até para registro da Comissão, adotar as referências, toda a metodologia desenhada para os testes foi baseada em recomendações internacionais. Cito especificamente os documentos ITU-R



BS.1.660-6, EBU TECH nº 3317 e um documento produzido pelo próprio Sistema HD Radio no que se refere aos parâmetros do sistema em questão. Esses documentos naturalmente são públicos.

Ainda que a potência não tenha sido padronizada, o Ministério buscou trabalhar ou tentou trabalhar sempre com a impressão que se tinha há época da potência necessária para se cobrir a mesma área do rádio analógico. Essa impressão se demonstrou falsa na continuidade dos testes ou na realização dos testes. Ou seja, falava-se que o rádio digital com uma potência xis seria capaz de ter a mesma área de cobertura do rádio analógico. Isso não aconteceu.

Além disso, os testes, ainda que não tenham trabalhado com essa padronização, revelaram elementos importantes para a definição de qualquer sistema, como, por exemplo, limiar de intensidade de campo para decodificação de sinal, relação de sinal ruído, possibilidade de interferência, dentre outros.

Então, defendemos a metodologia utilizada. Acreditamos que ela está em total consonância com a regulamentação internacional. E, mais do que isso, foi referendada pelos órgãos brasileiros que tratam de testes exaustivamente, não só sobre rádio digital. Ainda mais importante: essa metodologia foi referendada pelos sistemas e pelas entidades que acompanharam os testes realizados.

Na sequência, diz o relatório: *“No entanto reiteramos que, para não atrasar mais o progresso de migração, que vem trazendo graves prejuízos às emissoras e à população...”* — e aí continua.

Dois pontos sobre essa afirmação. Primeiro, se fizermos um paralelo com a televisão digital no Brasil, as primeiras discussões sobre a televisão digital no Brasil nascem ou começam a surgir no âmbito do Estado no início da década de 90. Os testes se intensificam em 1999/2000, e a decisão ocorre em 2006. Ou seja, se considerarmos desde as primeiras discussões, falamos de um processo que levou mais ou menos 15 anos, ainda que sujeito a interrupções no meio do caminho.

Ainda que a gente considere o prazo de 1999 a 2006, temos aí 7 anos de trabalho, com uma tecnologia e um sistema que estava muito mais avançado do que está o rádio digital no cenário internacional. Em 2006, vários países já tinham adotado um sistema de televisão digital, fosse qual fosse, e já haviam sinalizado



com uma dada de desligamento, que veio a ser adiada em alguns casos, mas que está sendo cumprido na maior parte dos países.

Então, não acreditamos que haja um atraso no processo de migração, muito pelo contrário! Acreditamos que no Brasil estamos caminhando com um cronograma compatível com a realidade internacional.

Segundo ponto: “...vem trazendo vários prejuízos às emissoras e à população...” Ora, a conclusão a partir dos testes é: não tivemos a mesma cobertura no rádio digital se comparada à cobertura do rádio analógico. Então, partindo dessa premissa, na verdade uma premissa tirada da conclusão dos testes realizados, qual é o prejuízo e de quanto é esse prejuízo? Porque não me parece haver um prejuízo em termos de inclusão da população. Ora, se estamos falando que a cobertura é menor, uma adoção... Vou correr, Deputado, só me faltam dois pontos muito rápidos. Não me parece haver um prejuízo à inclusão da população, tendo em vista que a cobertura até aqui não ficou ou não foi comparável à cobertura do rádio analógico.

Na sequência, o Deputado fala sobre instrumentos de subsídios e de financiamento dessa migração. Tradicionalmente o estado brasileiro financia ou subsidia mudanças de sistemas, vide televisão digital. Há linhas de créditos específicos de bancos públicos, há linhas específicas do BNDES, há uma série de políticas de desoneração que já foram feitas, enfim, há subsídios. Isso costuma ser feito.

Por fim, Deputado, meu último ponto — já me desculpendo por me alongar demais —, cito o relatório: “*O poder público decida pelo novo modelo antes do início da operação da faixa estendida do FM*”.

Mais uma vez, não temos como confirmar que a cobertura do rádio digital será equivalente à cobertura do rádio analógico, considerando a realidade brasileira. Eu sempre digo que esses sistemas funcionam internacionalmente, tanto que são reconhecidos pela UIT. Agora, a realidade brasileira é específica, e é preciso testar esses sistemas na realidade brasileira.

Bom, não tendo como garantir que essa cobertura é a mesma hoje, no presente momento, tínhamos duas opções: ou avançar na possibilidade de migração do AM para o FM ou conter esse debate. O Ministério das Comunicações e o



Governo brasileiro resolveram adotar a alternativa de avançar, porque havia um avanço possível a ser trilhado. E, aí, imagino que a Comissão tenha feito esse debate. Sei que a Deputada já solicitou a convocação de uma audiência pública para debater o tema.

Então, fiz essas ponderações, parabenizando o trabalho desenvolvido aqui, pela Subcomissão. Porém, é minha função — e é necessário fazer isso — deixar claro que hoje não temos subsídios necessários para garantir uma migração ou adoção de uma tecnologia de forma eficiente ou, pelo menos, de forma comparável ao que já existe na realidade brasileira.

Neste caso, precisamos realizar novos testes, precisamos continuar com o debate e não achamos, de forma alguma, que estamos atrasados nesse debate.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Manoel Junior) - Eu consulto se o Relator quer fazer a sua intervenção ao final — e eu posso dar prosseguimento — ou a cada intervenção feita.

O SR. DEPUTADO SANDRO ALEX - Não, o que o senhor achar... Realmente, vamos só nos ater ao tempo, porque senão a gente não...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Manoel Junior) - Então, vamos ao segundo palestrante, Dr. José Eduardo Castro de Macedo, da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República.

O SR. JOSÉ EDUARDO CASTRO DE MACEDO - Sr. Presidente, muito obrigado pela oportunidade, pelo convite.

Sr. Relator, Deputado Sandro Alex, Deputada Luiza Erundina, nossa companheira na luta pela comunicação pública em todos os atos, Sras. e Srs. Deputados, demais convidados, eu gostaria de aplaudir a iniciativa da Comissão, em especial a do Deputado Sandro Alex, que é o Relator da matéria, em democraticamente incorporar ao seu relatório vários pontos que foram levantados tanto nas discussões que nós estamos tendo no Conselho Consultivo do Rádio Digital quanto na audiência pública que houve aqui na Câmara dos Deputados, a qual eu tive oportunidade de comparecer, junto com outras pessoas que compõem a Mesa: Deputada Luiza Erundina, Bráulio, Octavio, Taís e tantos outros de nós que estamos aqui.



Então, aplaudo e saúdo a iniciativa. É sinal de que a Câmara está disposta, a Comissão está disposta a ouvir todos aqueles atores que estão participando deste processo.

Eu acredito que este relatório, o segundo relatório — vou chamá-lo de segundo, mas eu não sei se é o segundo, o senhor, provavelmente, teve muitas outras versões até chegar a esta aqui, não é Deputado? — cubra mais pontos do que aqueles que para nós traziam dúvidas, preocupações, inquietações, mas também deixa dúvidas ainda à mostra, sinalizando que mais testes precisam ser feitos — o relatório diz isso.

Ele também contextualiza melhor os impactos e a possibilidade da digitalização no rádio com um todo, não só em determinada faixa, como aparecia mais fortemente no primeiro relatório. Também fala mais sobre a não digitalização, que é uma das possibilidades colocadas. Nós acreditamos devemos debater o tema para chegarmos à conclusão de que digitalizar é melhor.

Eu acredito que a amplíssima maioria do texto que compõe este relatório que nós temos em mãos atende as preocupações da comunicação pública, das emissoras públicas de rádio. Eu falo aqui em nome das emissoras da EBC — eu sou o Diretor-Geral da EBC. Tenho certeza de que o Bráulio, que fala em nome da ARPUB, chegará à mesma conclusão.

Entretanto, em alguns pontos a gente acredita que o debate deva ser fortalecido; a gente acredita que uma decisão peremptória, informada ou solicitada pelo relatório pode, como bem disse o Octavio, trazer algumas situações definitivas, que depois ficam mais complicadas de serem revertidas ou adaptadas.

Eu falo, aqui, especificamente, do primeiro ponto que foi apresentado como uma conclusão. Eu tenho sérias dúvidas, pelos motivos que o Octavio já apresentou, se esse caminho adotado como o melhor para a digitalização, que é deixá-lo nas mãos do mercado, deixar que as forças produtivas apenas definam qual padrão o País deve adotar ou se deve adotar mais de um padrão, vai trazer o resultado esperado pelo próprio Deputado, pelo Relator e por todos nós.

Como diz o relatório, e aqui abro aspas:

“Em contrapartida, a primeira desvantagem de liberalizar o mercado é a possibilidade de a digitalização



ocorrer de maneira díspar ou demasiadamente lenta. No primeiro caso a desvantagem de deixar para o mercado decidir decorre de uma característica clássica da economia.”

E em seguida, ele define qual é:

“(...) a liberdade poderá favorecer a maior concentração de mercado.”

O próprio relatório coloca a nossa preocupação, que é:

“Em mercados com grandes desigualdades, como é o caso dentre as próprias FMs e muito mais quando comparando estas com as OCs, OTs ou FMs Comunitárias, (...)”

O relatório, abro aspas, também diz:

“(...) e a concorrência entre diversos padrões trazendo encargos desnecessários para o ouvinte, pois este teria que optar entre diferentes tipos de rádios ou optar por receptores que contenham mais de uma tecnologia e, por isso, potencialmente mais caros.”

Além da questão do espectro — que já foi citado pelo Ministério das Comunicações e a ANATEL também vai citar —, com sistemas diferentes, teremos uma dificuldade a mais para o Estado, que é a gestão do espectro, uma vez que eles utilizam esse espectro de radiodifusão de maneira diferenciada.

Também ressalto que a EBC não tem um padrão que considera ideal, definitivo, melhor ou escolhido por nós. O que nós temos é a convicção, também deixada clara no relatório, de que, primeiro de tudo, temos que disponibilizar o rádio digital para quem já tem o rádio analógico. Essa é a primeira premissa que está colocada: a cobertura deve ser igual à existente no sistema analógico. E eu coloco outras, inclusive, em todas as faixas, porque assim teremos alcançado todos aqueles ouvintes que hoje recebem as transmissões de rádio.

Nós na EBC, temos especial preocupação pelas populações de áreas mais distantes que hoje são atendidas pelo rádio AM e, notadamente pelas rádios de onda curta. Continuamos o serviço da Radio Nacional da Amazônia. Recebemos



algo entre 400 e 2000 cartas de papel por mês, Deputado . Então, esta é uma realidade que ainda se faz presente no nosso dia a dia, na Radio Nacional da Amazônia. Conseqüentemente, no dia a dia de muitos brasileiros.

Também temos a preocupação com relação à qualidade. Já que é para se dar uma salto de qualidade, que ele também atinja todos aqueles que recebem hoje o rádio. Fazendo isso, acreditamos que o público de rádio vai aumentar. A exigência dos ouvintes, principalmente dos mais jovens com temas de qualidade do ouvir é maior, porque eles têm acesso a tecnologias, desde a gravação até a tecnologia das transmissões por outras formas de difusão, notadamente a Internet, que fazem com que o ouvido fique mais apurado e essa exigência aumente.

De maneira geral, esses eram os comentários que eu gostaria de fazer.

Sr. Presidente, só não posso perder a oportunidade de uma plateia tão distinta, que são os Deputados desta Comissão, para solicitar especial atenção das Sras. e dos Srs. Deputados para a discussão que acontece neste instante em torno do Orçamento e conseqüentemente, dentro do Orçamento, o orçamento das nossas emissoras públicas, da EBC — Empresa Brasil de Comunicação. Uma contribuição criada aqui, no Parlamento, para fomentar a radiodifusão pública precisa sair do papel, ela está muito perto de sair do papel, e nós da EBC, nós da comunicação pública, contamos com a diligência dos Srs. Deputados e dos Srs. Senadores na confecção do Orçamento de 2014, levando em consideração as necessidades do rádio público, da televisão pública, da comunicação pública como um todo.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Manoel Junior) - Muito obrigado, Dr. José Eduardo.

Apenas faria uma observação. Estamos em processo de votação. O Presidente determinou a finalização de todas as reuniões ordinárias e extraordinárias das Comissões e das Subcomissões, e está convocando o Plenário. Então, para que não deixemos o trabalho no meio do caminho, serei um pouco rígido quanto ao horário. Vou facultar 3 minutos, com a tolerância de mais 1 a cada orador e, em seguida, passarei a palavra ao Relator.

Agora, convidamos o Sr. Thiago Aguiar, da Agência Nacional de Telecomunicações — ANATEL para fazer uso da palavra.



O SR. THIAGO AGUIAR SOARES - Obrigado.

Sr. Presidente e Sr. Relator, Deputado Sandro Alex, estou representando a ANATEL em substituição ao Superintendente Marconi Thomaz. Sou Coordenador de Regulamentação Técnica de Serviços de Radiodifusão na Gerência de Espectro da ANATEL. Venho trabalhando tanto na implantação da TV Digital quanto na Rádio Digital desde o início da minha trajetória na ANATEL.

Gostaria de fazer alguns comentários. Vou tentar me ater só aos pontos técnicos, até porque o Octávio já falou muito bem das questões políticas que o Ministério vem adotando relacionadas ao processo decisório. A ANATEL vem trabalhando em conjunto com o Ministério há muito tempo, e temos posições bem parecidas.

O Octávio citou a questão relacionada à gestão do espectro. Realmente, um ponto citado no relatório é a possibilidade de adoção de dois sistemas. No entanto, concordo com ele que, para a gestão do espectro isso dificultaria um pouco. Um exemplo claro disso foi a TV Digital. Ela foi adotada em 2006, mas em 2005 a regulamentação técnica já estava pronta.

A regulamentação técnica foi elaborada considerando a implantação de qualquer dos três sistemas que estavam sendo avaliados: O SDB, o ATSC e o DVB. O CPQD desenvolveu um relatório técnico, e todo o planejamento de canais considerou a possibilidade de adoção de qualquer um dos sistemas.

Em 2005, já tivemos uma regulamentação técnica para os três sistemas. Se fosse adotado o DVB em 2006, já estaria válido também. No entanto, o que aconteceu foi que entre 2006 e 2012, quando terminamos o processo de pareamento de todos os canais de televisão digital, a gente teve que alterar muitas coisas que estavam na regulamentação. Então, realmente, concordo com o Octávio em que a adoção de um sistema dificulta, mas é possível fazer uma regulamentação técnica. Porém, em termos de eficiência do uso do espectro, que estamos cada vez buscando mais por conta da limitação espectral — um exemplo é a TV digital que está tendo de liberar a faixa de 700 mega-hertz para serviços 4G — estamos tentando ao máximo ser eficiente nesse âmbito de gerência. E, realmente, a adoção do sistema único é muito melhor, porque eu consigo estabelecer critérios técnicos de convivência entre os canais e evitar interferências, e ser, como eu disse, muito



melhor, ter muito mais possibilidades de adicionar muito novos canais ou aumentar a potência deles.

Este é um ponto que eu gostaria de citar, um pouco diferente do que o Octávio disse.

Só tenho um comentário. Na pág. 14 é citado que a ANATEL esclareceu durante a audiência pública que não participamos dos testes. Acho que houve um pequeno equívoco no relatório, porque eu estava presente. Quem estava representando a ANATEL era a Sra. Regina Cunha, que é a Gerente de Espectro. Na verdade, a ANATEL vem participando dos testes, dando todo apoio logístico e técnico. Realmente, o teste vem sendo conduzido pelo Ministério, mas a equipe técnica da ANATEL, principalmente dos Estados e da sede, vêm dando apoio logístico. Elaborou uma metodologia de testes em 2006, na qual estamos trabalhando. Então, esta é só uma pequena correção que sugiro fazer na pág. 14.

Com relação às questões de regulamentação técnica, acho que já ficou claro a questão do uso de espectro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Manoel Júnior) - Um minuto.

O SR. THIAGO AGUIAR SOARES - Sim. Claro.

Basicamente, é isto que gostaria de falar. A ANATEL vem trabalhando exaustivamente na melhoria da gestão do espectro.

Quanto à adoção do sistema, concordamos com o relatório. Eu me esqueci de citar, mas gostaria de parabenizar o Relator pela elaboração do relatório, que foi bem didático. Eu o li rapidamente. Quando um relatório é bom, a gente consegue ler muito rápido, apesar de eu ter algumas dúvidas sobre questões técnicas que o próprio Octávio citou. Quanto a isso é melhor nos sentarmos com quem o elaborou. São só dúvidas técnicas que a gente teve e que possivelmente passou despercebido, mas a gente pode trabalhar em conjunto com o Ministério para sanar essas questões técnicas.

Com relação à adoção, acredito que o quanto antes, melhor para a gestão do espectro.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Manoel Júnior) - Muito obrigado.



Passo a palavra ao Sr. André Felipe, da Associação Brasileira de Rádio e Televisão — ABRATEL.

V.Sa. dispõe de 3 minutos para seu pronunciamento.

O SR. ANDRÉ FELIPE SEIXAS TRINDADE - Muito obrigado, Sr. Deputado. Primeiramente, eu gostaria de parabenizar o Deputado Sandro Alex pelo relatório, que tecnicamente abrangeu várias tendências tecnológicas.

Antes de iniciar algumas observações, eu gostaria de fazer uma correção no que foi dito pela ABRATEL — Associação Brasileira de Rádio e Televisão, na pág. 14, “que a tecnologia de quarta geração interfere na radiodifusão”. Gostaria de corrigir para “pode interferir”. Essa informação eu passei baseado em artigos científicos que li sobre um determinado padrão. Então, pode interferir.

De acordo com esses artigos, existe a possibilidade de interferência do serviço de quarta geração na rádio digital.

Voltando às conclusões, na pág. 25, o senhor cita as possibilidades fora de banda, citando o DAB (Digital Audio Broadcasting) e o ISDB (Integrated Services Digital Broadcasting).

Eu queria avisar a esta Subcomissão que, em junho de 2013, documento da CEPT, que na realidade é o órgão regulador da Europa, sinaliza que a faixa de espectro de 1.452 a 1.492, atualmente utilizada pelo padrão DAB, está em processo de identificação para a utilização de serviço de banda larga móvel como um *modus* para auxílio à banda suplementar de *downlink*, que é a banda mais saturada em comunicação móvel. Então, em médio prazo, nós vemos que o DAB deverá ser descontinuado na Europa e que essa faixa de espectro utilizada por ele será, em médio prazo, utilizada para o serviço de banda larga. Isso também se alinha ao posicionamento do Brasil na última CITELECOM — Comissão Interamericana de Telecomunicações, que ocorreu agora em novembro de 2013. O Brasil contribuiu com um documento identificando essa faixa, a mesma faixa do DAB, para serviço de comunicação de banda larga. Essa faixa para o Brasil já está comprometida. O Brasil já sinalizou em fóruns internacionais que pretende utilizar essa faixa para banda larga. Então, qualquer utilização cogitando o sistema DAB agora já está comprometida.



Com relação à posição da radiodifusão comercial, decidimos um padrão de rádio digital, que a migração da faixa AM para a FM aguarde esse posicionamento. Eu gostaria de posicionar que a radiodifusão comercial é contra aguardar, principalmente porque muitas das rádios AM já estão fechando por falta de receita. Essa migração é a sobrevida que as rádios AM estão esperando há bastante tempo. Infelizmente, nós entendemos que seria interessante aguardarmos, mas as rádios AM, principalmente as comerciais, não poderão aguardar tanto tempo.

No mais, eu gostaria de dizer que a ABRATEL estará sempre à disposição desta Subcomissão e da Comissão de Ciência e Tecnologia para qualquer debate sobre radiodifusão que venha a ocorrer.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Manoel Junior) - Muito obrigado, Dr. André.

Passo a palavra a Sra. Taís Ladeira, que dispõe de 3 minutos.

A SRA. TAÍS LADEIRA - Boa tarde! Eu vou utilizar bem o meu tempo porque muito do que gostaria de falar já foi muito bem dito pelo representante do Ministério das Comunicações. O Octavio foi cirúrgico nas observações dele. Eu só gostaria de reiterar uma questão de fundo. Nós já estivemos presentes a esta Casa anteriormente e dissemos que a escolha do padrão digital para o rádio brasileiro não é uma escolha meramente tecnológica, ela tem impactos sociais, econômicos e políticos. Apesar de o relatório estar bastante completo, principalmente se incorporarmos a primeira versão que foi apresentada, ele continua subsidiando uma escolha tecnológica.

As rádios são concessões públicas e, por serem concessões públicas, fazem parte de uma política pública a ser determinada pelo Estado, seja Executivo, seja Legislativo. Por isso, me incomoda bastante — eu que estou aqui falando em nome das rádios comunitárias brasileiras — ouvir que o mercado diz isso ou o mercado diz aquilo. Eu não conheço o mercado. Eu faço parte do Conselho Consultivo de Rádio Digital desde a sua fundação e nunca vi o mercado. Ele nunca participou de uma reunião da Frentecom, ele nunca esteve nesta Casa debatendo o rádio digital, ele não faz parte do Conselho Consultivo de Rádio Digital. O que eu conheço é a sociedade brasileira, as rádios comunitárias, as rádios públicas, as rádios



comerciais, e cada uma delas representa uma parcela da população brasileira, com interesses muito claros, interesses muito distintos.

E por falar em participar, em atuar, eu reitero o convite feito pelo Octavio para que técnicos desta Subcomissão possam participar das câmaras temáticas, espaços muito importantes onde esses debates estão sendo feitos de forma profunda, com muito profissionalismo, com muita responsabilidade. A escolha desse padrão vai mexer com a vida de milhões de brasileiros. Por isso, eu volto a dizer que a escolha do padrão é uma política pública e não meramente uma escolha tecnológica. Eu gostaria de reforçar isso. Espero que em 2014 a gente possa ter uma participação mais atuante da Subcomissão Especial de Rádio Digital no Conselho Consultivo de Rádio Digital.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Manoel Junior) - Agora vou passar a palavra ao Relator para as suas considerações.

O SR. BRÁULIO RIBEIRO - Sr. Presidente, eu gostaria de garantir a fala da ARPUB — Associação das Rádios Públicas do Brasil no encontro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Manoel Junior) - Pois não. V.Sa. tem 3 minutos também.

O SR. BRÁULIO RIBEIRO - Eu quero agradecer pelo convite à Subcomissão. Além de saudar o Relator que, de fato, apresentou uma substancial melhoria técnica, tanto quantitativa como qualitativa, das informações e da contextualização apresentadas, eu saúdo especialmente a iniciativa. Esse encontro entre a Subcomissão e o Conselho Consultivo do Rádio Digital poderia inclusive ter acontecido antes. Acho que essa discussão aqui é bastante profícua. Como eu imagino, os Deputados podem ter percebido que os membros do Conselho Consultivo do Rádio Digital estão bastante enfronhados e aptos para fazer uma discussão qualificada sobre esse processo. Saúdo especialmente essa iniciativa, ainda que tardia.

Das sete conclusões apresentadas no relatório, as rádios públicas, representadas aqui pela ARPUB, têm convergência com a maioria delas, Deputado. Realmente são indicações importantes, são apresentados questões ou problemas-chave na questão do rádio brasileiro, e, das sete apresentadas, eu diria que, em quatro ou cinco, nós temos concordância integral com elas.



Quais são, então, as em que nós temos algumas divergências? Em uma delas temos uma divergência frontal. São as que já foram aqui levantadas pela maioria dos representantes do Conselho. A primeira, que fala da escolha do padrão pelo mercado. Nós não temos a menor dúvida de que a escolha do padrão do rádio digital brasileiro é uma das mais importantes políticas públicas no campo da comunicação a serem adotadas nos últimos anos, talvez junto com a TV digital. E, portanto, não temos dúvida de que é o Estado, no seu papel indutor de políticas públicas, que leva em consideração o desenvolvimento nacional e os direitos humanos fundamentais da população que deve ser o protagonista dessa tomada de decisão, exatamente porque o rádio é um espaço que, antes de ser um mercado, é responsável por dois dos principais direitos humanos: o direito à informação e o direito à comunicação. E, portanto, deve ser objeto de política pública e assim entendido pelos atores que participam dessa discussão.

Quanto à questão da multiprogramação, nós concordamos que ela deve estar prevista no rádio digital. E gostaríamos de sugerir que para as rádios comunitárias e públicas seja possibilitado tanto a multiprogramação proprietária quanto a multiprogramação compartilhada, porque em muitas situações a comunicação pública e comunitária tende a se unir em acordo para diminuir custos. E com a multiprogramação compartilhada, isso vai ser permitido.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Manoel Júnior) - Um minuto.

O SR. BRÁULIO RIBEIRO - Pois não. Para concluir, saindo um pouco do relatório, muitas vezes a gente usa modelo, padrão e sistema como sinônimos, mas eles não são. Quando nós estamos falando de um sistema de rádio digital brasileiro, estamos falando de todo um complexo de decisões e de políticas públicas que envolve a indústria nacional, que envolve a possibilidade de o Brasil se tornar um exportador de tecnologia e não um importador de tecnologia, o que dá ao Brasil a possibilidade de se tornar protagonista no cenário do rádio digital na América Latina. Isso é o sistema.

O modelo, como bem apresentado no relatório, diz respeito à forma de exploração do rádio no Brasil. E nós temos, inclusive, muito acordo com o modelo apresentado.



O padrão tecnológico é a componente técnica e tecnológica desse debate e deve ser aquele que melhor atenda ao modelo brasileiro e ao sistema brasileiro de rádio digital. Não podemos confundir isso. A escolha de um padrão tecnológico, seja ele americano, seja europeu, fará de nós importadores de modelos ou de sistemas de rádio digital para o Brasil. Não é isso que nós queremos. Nós queremos um sistema brasileiro, um modelo brasileiro, ainda que o padrão possa ser de outro país. E para ter o melhor padrão, a gente precisa ter mais testes. Nós queremos defender a tese de que o padrão tecnológico, a tecnologia ainda precisa seguir com os testes coordenados pelo Ministério das Comunicações.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Manoel Junior) - Muito obrigado, Dr. Bráulio.

Peço perdão ao Dr. Bráulio e ao Dr. Carlos Eduardo por não ter-lhes concedido a palavra. Seus nomes estavam na segunda página e eu não tinha chegado até essa página.

Passo a palavra ao Sr. Carlos Eduardo Neiva, representando a Associação Brasileira de Televisões e Rádios Legislativas — ASTRAL. V.Sa. dispõe de 3 minutos.

O SR. CARLOS EDUARDO NEIVA MELO - Boa tarde! Eu gostaria de cumprimentar o Presidente e parabenizar o Deputado Sandro Alex pelo relatório, que está bem completo, sobre o tema rádio digital.

Eu represento aqui a Rede Legislativa de TV Digital, estritamente no âmbito técnico. Estou acompanhando o Conselho Consultivo, na parte técnica, coordenado pelo Dr. Flávio, que está aqui ao meu lado. Vou me ater aos pontos estritamente técnicos desse relatório.

Primeiro ponto: corroboro com a preocupação do Dr. Octavio Pieranti de que a escolha do padrão tecnológico está determinadamente livre pelo mercado. Há preocupação tanto da indústria como de nós, emissoras — e digo isso pela preocupação da emissora pública, como a *TV Câmara* e as Redes Legislativas de TV e Rádio Digital. Se deixar para o mercado a escolha livre e aberta, estando operando os dois padrões simultaneamente, poderá prejudicar tanto a indústria como a emissora que não saberá ou escolherá um dos dois padrões, e pode ser que a escolha seja errada, e depois terá que investir de novo, tendo gastos com a troca para outro padrão de tecnologia.



Segundo ponto que eu gostaria de abordar aqui: testes que estão sendo tratados no âmbito da câmara temática. Quanto à parte teórica dela, eu digo que está bem definida. O Dr. Flávio está conduzindo bem. E chegamos à conclusão de que, para se igualar a cobertura do sistema analógico com a cobertura do sistema digital, os 20dBs de relação não seriam suficientes. E chegamos à conclusão, já teórica bem definida, de que em torno de 10 dBs seriam o necessário. Os novos testes irão, com certeza, ajudar bastante a conseguirmos ter a mesma cobertura do sinal analógico com o digital.

Por fim, gostaria de dizer que se deve incentivar as emissoras públicas e comunitárias, inclusive com financiamento ou subsídio.

É isso. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Manoel Junior) - Muito obrigado, Dr. Carlos Eduardo.

Passo a palavra ao Relator, Deputado Sandro Alex, para as suas considerações.

O SR. DEPUTADO SANDRO ALEX - Obrigado, Sr. Presidente. Nós estamos com Ordem do Dia. Por isso, perdoe-me o tempo exíguo que o nosso Presidente deu aos senhores. Nós vamos conversar informalmente aqui, mesmo após a reunião, para que vocês possam trocar mais ideias.

Primeiro ponto: Todos os senhores e as senhoras comentaram sobre testes. Isso está muito claro. Novos testes devem ser feitos. Isso nós deixamos muito claro em nosso relatório.

Quanto ao mercado, até a senhora disse assim: *“O que é o mercado?”* É óbvio que eu estou falando aqui do segmento composto por todas as emissoras de rádio, por todos os milhões de ouvintes, por todos os fabricantes, por todo o segmento que compõe. Eu não estou me referindo aqui a mercado só no sentido financeiro. Nós estamos falando aqui sobre todo o segmento composto.

Mas, enfim, o que nós estamos falando? Quero dividir com vocês a minha preocupação. Eu entendo que o Brasil não pode dar uma exclusividade. Podemos construir um texto? Podemos construir um texto. Eu entendo claramente o que os senhores estão colocando, e é óbvio que não há como se colocar dois sistemas numa mesma faixa. O que eu estou dizendo é que o Brasil não pode ter um modelo



exclusivo, porque nenhum país no mundo dá exclusividade, e o Brasil trabalhava com essa exclusividade, mas eu não concordo que essa exclusividade seja benéfica para o País. Não é. Não é benéfica para o País.

No meu entendimento, eu deixei claro isso. Pelo que eu entendo, pelo trabalho que fiz nessa matéria, o Brasil estaria hoje muito bem com o HD em FM e com um DRM em ondas curtas. Esse é um entendimento que eu deixei claro no meu relatório. O que eu quis indicar nesse quesito? Que não deveria ter uma exclusividade, que não deveria ser todo HD, ou todo DRM, ou todo outro modelo, seja qual for. Essa exclusividade, no momento em que a tecnologia não está terminada, não é boa para o Brasil e nem os países de origem a fazem. É isso o que eu gostaria de deixar claro no meu relatório.

Quando eu digo sobre o espectro, não vou colocar dois modelos em um, mas o mercado poderia ajudar nesse momento a decidir que o HD é para o FM e o DRM vai fazer as ondas curtas, ou o inverso. É esse o posicionamento que eu coloco.

Sobre o AM estéreo, que o senhor colocou, dele eu participei, em 1982, do AM estéreo e nada tem a ver com essa discussão, com todo respeito ao engenheiro que fez. O AM estéreo é uma prova de que para o AM não há solução em tecnologia. É o que eu vejo. Eu fiz isso em 1982. E qual foi o erro naquele momento? Não havia vantagem para o AM estéreo naquele momento e, portanto, não havia produção. Ninguém queria... Qual é a vantagem que se teria? Hoje se tem com multiprogramação, com outras vantagens e *smartphones*. Então o AM estéreo lá não se pode comparar, porque o mercado então decidiu, lá, foi o erro. Não! Na minha opinião, o erro naquele momento foi a faixa. O AM é uma frequência tão baixa que não... É a minha opinião, como Relator, em 2 anos. Há pessoas que discordam e acham que o AM pode ser digitalizado fantasticamente. Eu, já desde 1982, trabalho nisso e vi que não dá.

Com relação às 30 emissoras que foram autorizadas... Não, elas não estão autorizadas. Elas fizeram parte de um teste e depois elas não têm mais essa autorização para transmissão. Portanto, não há essa autorização.

Sobre a potência. A TV digital no Brasil teve esse mesmo desdobramento. Quando nós tivemos o modelo japonês, senhoras e senhores, não havia a mesma cobertura da TV analógica na TV digital. No modelo adotado pelo Brasil, se nós



tivéssemos originalmente adotado aquele modelo, não haveria a mesma cobertura. O que se teve que fazer no Brasil? Uma potência maior para a mesma cobertura. E o Brasil fez isso. É isso o que eu estou pedindo ao Ministério que faça. Pode ser feito isso? “Não, não pode”. “Pode”. É esse o teste que eu peço ao Ministério, como foi feito com a televisão. Se nós ficássemos pensando naquela potência original do sistema, nós teríamos até hoje a conclusão de que não havia televisão digital no Brasil, porque não havia a mesma cobertura naquela potência original e foi alterada a potência para a realidade do Brasil. Isso foi feito e estamos no ar com a TV digital.

Com relação ao prejuízo que eu falo aqui, nós também falávamos aqui do rádio AM. Então, não era só sobre o digital. O AM está em prejuízo. Nós não vamos atrasar a migração. O relatório não fala que nós temos que aguardar aqui para migrar. Não!

O que eu estou pedindo, no nosso entendimento, é que o poder público decida pelo novo modelo antes do início da operação da faixa estendida. Ou seja, está decidida a faixa estendida, não haverá atraso lá. Nós entendemos que seria importante para o Brasil decidir isso até a faixa estendida. Não que, se não houver decisão, não vai entrar a faixa estendida — a faixa estendida é algo garantido, inclusive por esta Subcomissão. Então, nós não queremos que realmente atrase. Nós gostaríamos que decidisse a possibilidade, juntamente com a migração.

Eu anotei a ponderação dos senhores, com relação à página 14, tanto da ANATEL quanto da ABRATEL. Nós vamos fazer essa alteração, com os comentários colocados pelos senhores.

Eu entendo que hoje nós estamos mais focados sobre o mercado. Eu fiz até ponderações, que o senhor mesmo colocou, das minhas dúvidas sobre abrir livremente para o mercado decidir. Entendo que eu vou, durante esse período da noite, estudar, porque a minha preocupação é não se ter a exclusividade. Esse é um ponto que eu acho perigoso para o Brasil, porque a TV digital é muito diferente do rádio digital. A TV digital é uma frequência; no caso do rádio, são várias. Então, nem sempre o que é bom para o FM pode ser bom para ondas curtas.

Agora, se você simplesmente focar em “Vamos digitalizar a faixa FM”. Eu poderia dizer “Muito bem. Então, vamos focar só na faixa FM”. Não, eu entendo que, se vamos digitalizar, vamos discutir no conjunto, como o senhor colocou. Agora,



uma coisa é uma coisa, outra coisa é outra coisa. Ondas curtas é diferente de frequência modulada. Então é por isso que eu vejo que são pontos diferentes e que, se o Brasil colocar simplesmente uma exclusividade, pode não ser o melhor modelo. Eu quero a participação do Brasil. Mesmo com essa decisão, o Brasil deveria participar claramente numa formação de um futuro sistema brasileiro.

Então, eu entendi a ponderação colocada pelos senhores aqui, principalmente com relação ao mercado, que é o que eu mais vejo, o que eu mais percebi. Eu vou analisar o meu relatório hoje à noite e quero ver de que forma eu posso fazer uma redação clara a respeito desse tema, porque a minha preocupação é a não exclusividade — essa é a minha preocupação —, mesmo deixando claro quais são os modelos mais indicados para as frequências, inclusive. Mas eu gostaria que o mercado também participasse nesse momento — e mercado que eu digo são rádios comunitárias, educativas, comerciais, públicas, ouvintes. Todos participando, mas podendo ligar o sistema, podendo operar, podendo ver realmente quais são as vantagens desse sistema.

Eu vou ponderar as colocações dos senhores, vou analisá-las. Acho importante. Fiz questão de ouvi-los, a pedido da nossa Deputada Erundina, que também é membro da nossa Subcomissão. Nós estaremos encaminhando aqui todas as ponderações colocadas pelos senhores e pela senhora no nosso relatório.

Minha intenção é entregar ao Ministério uma indicação de algo estudado, elaborado não só por mim — não fui só eu que participei desse relatório, inúmeras pessoas colaboraram. Nós queremos ajudar, nesse momento, o Ministério numa escolha para que o Brasil tenha realmente um ganho: os ouvintes, as emissoras, todos possam utilizar dessa inovação, dessa tecnologia, mesmo sendo... Eu entendi, também a preocupação com o fato de isso ser uma política pública. Sim, ela é uma política pública mesmo, mas não deixa de ser uma inovação, uma tecnologia a favor da política pública — a favor da política pública! É isso que nós queremos.

Então eu vou considerar todos os pontos colocados pelo Conselho nesta tarde.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Manoel Junior) - Deputada Erundina, gostaria de fazer alguma intervenção? *(Pausa.)*



Bom, encerrada a apresentação e tendo sido esclarecidos os questionamentos e as dúvidas acerca do relatório, eu agradeço aos Srs. Parlamentares, aos profissionais da imprensa, ao corpo de assessores e ao público em geral.

Está encerrada a presente reunião.